**Processo concursal prévio à eleição do Diretor do**

**Agrupamento de Escolas de Porto de Mós**

**Requerimento**

**Exmo. senhor**

**Presidente do Conselho Geral**

**do Agrupamento de Escolas de Porto de Mós**

**(nome completo e legível)**

**(nome completo e legível)** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador do cartão de cidadão nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , válido até \_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_\_, residente em **(morada completa e código postal legíveis)** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ contactável telefonicamente pelo número \_\_\_\_\_\_\_\_\_, e pelo endereço eletrónico \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, vem requerer a v. Exª. a admissão ao procedimento concursal prévio à eleição do Diretor do Agrupamento de Escolas de Porto de Mós, publicitado no Diário da República, 2ª série, de 28/04/2022, pelo Aviso nº 8606/2022.

Para esse efeito, junta os seguintes documentos: **(assinalar com x)**

* Curriculum vitae, em suporte papel e digital (.pdf), em pen drive ou CD;
* Projeto de intervenção no Agrupamento de Escolas de Porto de Mós, em suporte papel e digital (.pdf), em pen drive ou CD;
* Declaração autenticada pelo serviço de origem que ateste a categoria, o vínculo e o tempo de serviço do candidato;
* Fotocópia autenticada de documento comprovativo da posse de qualificação para o exercício das funções de administração e gestão escolar, habilitação específica, prevista nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 56.º do ECD (caso possua);
* Fotocópia autenticada do documento comprovativo das habilitações académicas;
* Outra documentação (especificar) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

e informa que se apresenta a concurso na seguinte condição comprovada pela documentação anexa: **(assinalar com x a opção que se aplica ao candidato)**

* alínea a), do ponto 4, do artigo 21.º do decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril com a redação dada pelo decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho
* alínea b), do ponto 4, do artigo 21.º do decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril com a redação dada pelo decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho
* alínea c), do ponto 4, do artigo 21.º do decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril com a redação dada pelo decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho
* alínea d), do ponto 4, do artigo 21.º do decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril com a redação dada pelo decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho

Pede deferimento

Porto de Mós, \_\_\_/\_\_/2022

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

o requerente,